



**RESPOSTA A QUESTIONAMENTOS**

**PROCESSO Nº 1289/2013**

**LICITAÇÃO Nº 127/2013**

**MODALIDADE: Pregão Eletrônico**

**OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de ginástica laboral nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.**

**QUESTIONAMENTOS FORMULADOS POR: LABORAL PRO EXERCÍCIOS CORPORATIVOS LTDA ME**

**Questionamento 1 – Venho por meio deste formalizar denuncia de empresas participantes do sistema de licitações (compra direta ou pregão eletrônico) do referido objeto (ginastica Laboral) que são optantes do Simples Nacional.**

As empresas optantes desse regime fere a qualidade de igualdade na disputa, uma vez que o regime tributário é extremamente diferenciado e em consequência disso abre enorme diferença nos valores finais, deixando empresas como a minha em grande desvantagem competitiva. Normalmente todos os editais e processos licitatórios já descrevem essa condição conforme modelo e informações abaixo descritas. Considerando que a prestação dos serviços objeto desta licitação envolve cessão ou locação de mão de obra, é vedado à licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), por força do artigo 17, da Lei Complementar nº 123, de 2006, utilizar-se dos benefícios tributários do Simples Nacional em sua proposta de preços.

O licitante optante pelo Simples Nacional, que, por ventura venha a ser contratado, deverá comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, até o último dia útil do mês subsequente ao do início da execução contratual, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, nos termos do artigo 30, II, e § 1º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, em virtude das vedações do artigo 17, da referida lei, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal.

Caso a empresa optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio órgão ou empresa em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

Certo da sua compreensão gostaria apenas que nos dessem condições legais e competitivas para disputarmos com igualdade.

**RESPOSTA COALI:** Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art.31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, o licitante Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art.17, inciso XII, art.30, inciso II e art.31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.